



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

EDITAL nº 341/2020

EDITAL PARA EXAME DE SELEÇÃO PÚBLICA DE ACADÊMICOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO DEVIDAMENTE CONVENIADAS COM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 11.788/2008, pela Resolução CNMP nº 42/2009 e pela Resolução PGJ nº 30/2018, torna público que serão abertas as inscrições para a seleção pública destinada ao preenchimento de vagas de estagiários de pós-graduação em Direito do Ministério Público de Minas Gerais e à formação de cadastro de reserva, nos termos deste Edital.

1. Das vagas

A seleção pública regulada por este Edital destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga de estagiário de **pós-graduação** em Direito existente na 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Santa Luzia, assim como à formação de cadastro de reserva, observando-se, para a classificação, o disposto no item 08 deste Edital.

2. Da bolsa-auxílio

O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 1205,00 (mil duzentos e cinco reais) e a auxílio-transporte no valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia de atividade efetivamente exercida.

3. Dos requisitos para a nomeação

Para ser nomeado como estagiário, o interessado deverá:

- a) ser estudante de curso de pós-graduação em Direito em instituições de ensino devidamente registradas nos órgãos competentes e conveniadas com a Procuradoria-Geral de Justiça, cujo projeto pedagógico de curso de pós-graduação tenha previsão de estágio
- b) ser estudante de curso de pós-graduação em áreas de conhecimento compatíveis com as atribuições da unidade do MPMG onde serão exercidas as atividades de estágio;
- c) ter disponibilidade de 5 (cinco) horas diárias, de segunda a sexta-feira, no período da manhã ou tarde;
- d) ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;

4. Das inscrições

4.1 As inscrições serão realizadas no período de 16/10/2020 a 23/10/2020.

4.2. Para requerer sua inscrição, o candidato deverá encaminhar o pedido para o endereço eletrônico 3pjsantaluzia@mpmg.mp.br, aos cuidados de Bruno Augusto da Silva, informando:

- a) nome completo;
- b) data de nascimento;
- c) número de documento de identidade (cujo original será usado para a realização da prova);
- d) endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato;
- e) instituição de ensino e curso em que está matriculado;
- f) informação da experiência jurídica, se possuir, com o nome da entidade, o período de atuação e a função assumida;
- g) indicação da experiência acadêmica, se possuir, com o nome da instituição, o período de atuação e a função assumida.

4.3 O pedido de inscrição encaminhado sem os itens *a*, *b*, *c* ou *d* será desconsiderado.

4.4 Para a solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone (31) 3642-9597.

4.5. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail, telefone e dados curriculares atualizados, para viabilizar os contatos necessários.

4.6. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas do certame.

4.7. A constatação, em qualquer época, de ausência de convênio, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5. Do processo de seleção

5.1. O processo de seleção compreenderá duas etapas:

1ª etapa: Uma prova teórica, de caráter eliminatório e classificatório, composta por questões objetivas e/ou discursivas, envolvendo os temas relacionados em anexo I deste edital. (50 pontos)

2ª etapa: Entrevista, de caráter subjetivo, levando em consideração o interesse, linguagem, capacidade de expressão/postura. (50 pontos)

5.2. A prova será aplicada no dia 28/10/2020, às 9:00 horas, no endereço: Avenida Advogado Expedito Gabrich, 101, bairro Novo Centro, Santa Luzia/MG.

5.3. O candidato terá o prazo de 3 (três) horas para concluir a prova.

5.4. Será considerada, na avaliação, a escrita, de acordo com as regras da Língua Portuguesa.

5.5. Será permitida consulta à legislação seca.

5.6. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com no mínimo 30 (trinta) minutos de antecedência, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.

5.7. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.

5.8. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:

- a) não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
- b) que se apresentar após o horário indicado para início da prova.

5.9. Será excluído do exame o candidato que:

- a) se negar a ser identificado, nos termos do item 5.7;
- b) se identificar na folha de respostas;
- c) se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
- d) for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
- e) estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.
- f) desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

6. Da avaliação da prova escrita e classificação dos candidatos

6.1. Será atribuída à prova escrita a nota de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos.

6.2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

6.3. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados.

6.4. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

6.5. O resultado preliminar do processo de seleção será divulgado no Portal do MPMG.

6.6. O recurso contra o resultado da prova escrita deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo mesmo meio eletrônico utilizado na inscrição.

7. Da entrevista

7.1. Os 15 (quinze) candidatos que obtiverem as maiores notas na prova escrita serão oportunamente convocados para entrevista a ser realizada pelo Promotor de Justiça, pelo mesmo meio de comunicação (e-mail) que foi efetivada a inscrição.

7.2. A entrevista valerá 50 (cinquenta) pontos, que serão atribuídos de acordo com a aptidão para o exercício das funções do estágio.

6.2. Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) dos pontos distribuídos.

6.3. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados.

8. Da classificação dos candidatos

8.1 O resultado final será divulgado conjuntamente quando da publicação da lista dos aprovados no Portal do MPMG, consistindo na soma das notas obtidas nas duas etapas do processo seletivo.

8.2. A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.

8.3. No caso de empate na pontuação, terá preferência o candidato que tiver maior idade, assim considerando ano, mês e dia de nascimento.

8.4. O recurso contra o resultado da entrevista do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo mesmo meio eletrônico utilizado na inscrição.

9. Da convocação

9.1. O candidato APROVADO será convocado, observando-se a classificação.

9.2. A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.

9.3. Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:

- a) aceitar a vaga ofertada;
- b) solicitar a reclassificação para o último lugar do cadastro de reserva;
- c) desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.

8.4. Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.

9.5. A desistência tratada no item 8.3.c é irrevogável.

9.6. Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 9.3.

9.7. A unidade demandante do preenchimento da vaga poderá realizar entrevista com o candidato convocado, sem prejuízo da classificação deste no processo seletivo.

9.8. Caso a unidade demandante opte pela não contratação do candidato convocado, pode-se fazer a convocação do próximo classificado, desde que o candidato preterido seja nomeado para outra unidade.

9.9. Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço citado no item 8.1, munido dos seguintes documentos:

- a) documento comprobatório atualizado de regularidade escolar, emitido pela instituição de ensino, com informação do tema, do prazo de duração ou data estimada para encerramento do curso de pós-graduação;
- b) comprovante de colação de grau no curso de Direito;
- c) formulário de solicitação de nomeação (modelo disponível no Portal do MPMG);
- d) declaração pessoal de disponibilidade de horário, inexistência de antecedentes criminais e compromisso de não-advocacia;
- e) cópia da carteira de identidade e do CPF;
- f) número da conta corrente ou universitária no Banco do Brasil;
- g) cópia de comprovante de endereço;
- h) exame médico admissional;
- i) comprovante de licenciamento profissional junto à Ordem dos Advogados do Brasil, caso tenha a inscrição.
- j) foto digital, 3x4cm, em formato JPG, fundo branco e resolução mínima de 200 dpi.

9.10. Além dos documentos acima mencionados, o estagiário deve providenciar quatro vias do termo de compromisso e plano de estágio (modelo disponível no Portal do MPMG), a serem assinados pela instituição de ensino, pelo supervisor do estágio e pelo próprio acadêmico.

9.11. A falta de qualquer um dos documentos a que se referem os itens 9.9 e 9.10 implicará a não nomeação do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

10. Das disposições finais

10.1. Este Edital e a Resolução PGJ nº 30/2018 ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo, no seguinte endereço: Avenida Advogado Expedito Gabrich, 101, Novo Centro, Santa Luzia/MG.

10.2. O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

10.3. As nomeações serão feitas para início das atividades, observados os prazos previstos na Resolução PGJ nº 30/2018.

10.4. Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por meio do *link* <http://www.mpmg.mp.br/aceso-a-informacao/estagios>.

10.5. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, as Resoluções da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e este Edital.

10.6. A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

10.7. Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor do Ceaf.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2020.

Edson Ribeiro Baeta
Promotor de Justiça
Diretor do Ceaf

Lucas Pardini Gonçalves
Promotor(a) de Justiça
Responsável pelo Exame de Seleção Pública

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Seletivo de Estagiário Bolsista de PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
regido pelo Edital 341/2020.

I - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Código Penal - Parte Geral. Princípios penais, processuais penais e constitucionais. Inquérito Policial. Ação Penal. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Juizados Especiais Criminais. Crimes Ambientais. Código de Trânsito Brasileiro.

II - DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

Código de Processo Civil. Inquérito Civil, Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, Ação Civil Pública e Ação Popular.

III - DIREITO CONSTITUCIONAL / DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Princípios fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais. Poder Judiciário e funções essenciais à Justiça. Controle de Constitucionalidade. Ministério Público. Princípios institucionais do Ministério Público. Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Política Urbana.

IV - DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração Pública: disposições gerais. Servidores públicos. Princípios do Direito Administrativo. Atos administrativos. Licitação. Contratos administrativos. Processo administrativo. Improbidade administrativa.

V - DIREITO AMBIENTAL

Princípios gerais, conceitos legais, espaços ambientais protegidos, responsabilidade administrativa, civil e penal. Ordem urbanística. Patrimônio Histórico e Cultural. Tombamento.

VI – LEGISLAÇÃO ESPECIAL

- 01) Lei 9.099/95 - JESP
- 02) Lei 9.605/98 – Lei Ambiental
- 03) Lei 8.666/93 - Licitação
- 04) Lei 6.766/79 – Parcelamento de solo
- 05) Lei 13.465/17 – Regularização fundiária rural e urbana
- 05) Lei 7.347/85 – ACP
- 06) Lei 10.520/02 – Pregão
- 07) Lei 8.429/92 – Improbidade
- 08) Lei 8.625/93 – Lei Orgânica Ministério Público
- 09) Lei Complementar Estadual nº 34/94 – Lei Orgânica do MPMG
- 10) Lei 6.938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente
- 11) Decreto-Lei 25/1937 – Tombamento
- 12) Lei 4.717/65 – Ação Popular
- 13) Lei 11.343/2006 – Lei de Drogas
- 14) Lei 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento
- 15) Lei 11.340/2006 - Lei contra a violência doméstica e familiar
- 16) Lei 7.210/84 - Lei de Execuções Penais

ANEXO II

Cronograma do Processo Seletivo de Estagiário Bolsista de PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO regido pelo Edital 341/2020

Evento	Data
Inscrições	16/10/2020 a 23/10/2020
Realização da Prova	28/10/2020 09:00